Ata da 41ª (quadragésima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Anápolis.

Aos 11 (onze) dias do mês de Junho de 2013, às quinze horas reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Luiz Santos Lacerda, Secretariado por Amilton Batista de Faria Filho, Pedro Carneiro da Ponte, Fernando Cunha e Carlos Alberto. Compareceram: Éber batista Mamede, Dinamélia Ribeiro, Eli Rosa da Silva, Gleimo Martins dos Anjos, Jackson Charles Oliveira Diniz Serbeto, Jean Carlos Ribeiro, João Pereira de Souza, Lisieux José Borges, Maria Geli Sanches, Mauro José Severiano, Mírian Garcia Sampaio Pimenta, Paulo Roberto de Castro Lima, Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Valdair de Jesus Costa, Vespasiano dos Reis Gomes, Wederson Cristiano da Silva Lopes. Faltaram com causa justificada os vereadores Jesus Fernandes Abrenhosa e Wilmar José Silvestre. À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da Ata anterior que foi lida e colocada á disposição dos senhores vereadores. Pequeno Expediente: Leitura de Correspondências; Leitura de Projetos: (às Comissões). Vereador Paulo de Lima: Assunto: "Dispõe sobre a obrigatoriedade das Empresas loteadoras, a se responsabilizarem pela manutenção da pavimentação asfáltica em seus loteamentos no município de Anápolis pelo o prazo de 05 (cinco) anos". Vereador Paulo de Lima: Assunto: "Dispõe sobre a instituição de uma política de incentivo a saúde vocal do professor da rede municipal de ensino de Anápolis". Leitura de Requerimentos (às Comissões). Grande Expediente: Geli Sanches: que cumprimentou a todos os presentes. Iniciou dizendo que estava feliz de ter participado pela manhã da entrega de mais uma área ali do IFG – Instituto Federal de Goiás para que ele possa se expandir. "Fico muito alegre, com a responsabilidade do IFG em passar conhecimento aos alunos. Esta Instituição tem contribuído muito com o crescimento da cidade de Anápolis. Nessa reunião foi divulgado o valor de quanto teremos para fazer essa expansão e mais investimentos nos cursos". A vereadora Geli disse ainda que esta alegria não é a mesma quando se trata da UEG – Universidade Estadual de Goiás, de Anápolis. "A UEG foi fundada há mais de quatorze anos e já esta a quarenta dias em paralisação". Professora Geli falou também que essa paralisação se dá ainda pela falta de professores

que existe. “Existem cursos que faltam mais de dez professores. Um dos avanços que ocorreu foram dois concursos realizados para professores, mas a má notícia é que não realizaram nenhum concurso para o Pessoal Técnico Administrativo”. Infelizmente, neste atual Governo de Estado não temos uma posição firme para estes profissionais se qualifiquem e cumpram seu trabalho, disse Professora Geli. A vereadora fez uma ampla explanação sobre o assunto, e disse ainda que na parte de infraestrutura a UEG também deixa a desejar. “Existem lugares que estão depredados, e algumas salas de aula também estão em condições de serem usadas. Faltam materiais, recursos tecnológicos, recursos pedagógicos dentre outros materiais que os professores precisam para ministrar as aulas”. Professora Geli falou sobre vários problemas e citou exemplos expondo sua opinião. A vereadora disse que mesmo a mais de quarenta dias de paralisação, o Governo do Estado ainda não fez nada para ao menos tentar resolver a situação. “Isso é muito triste, estamos formando cidadãos, profissionais do futuro. Essa situação não pode continuar assim. Isso é inaceitável”. Professora Geli comentou também sobre algumas ameaças que os professores acabam sofrendo. A vereadora disse que deixava na Tribuna seu desabafo e sua tristeza em relação a tal situação. Onde fica o sonho desses alunos e professores? Perguntou a professora Geli. “Isso é muito triste. Eu faço um apelo para que essa situação se resolva, porque desse jeito ela não pode continuar”. Assim encerrou sua fala a professora Geli. Vereador: Jakson Charles: que cumprimentou todos os presentes. Iniciou dizendo que sua fala era para dar satisfação à comunidade sobre a visita que fez na Presidência da CELG – Centrais Elétricas de Goiás. “Lá pontuamos algumas questões e cobramos a solução dos problemas que estão acontecendo aqui na cidade de Anápolis”. O vereador Jakson Charles disse que um dos assuntos mais falado na reunião foi sobre o que está acontecendo para tantas quedas de energia na cidade. Nós percebemos através dessa conversa que a CELG está muito pior do que imaginamos, disse o vereador. “Foi nos passado que Anápolis está trabalhando na sua capacidade máxima de energia”. Jakson Charles agradeceu a todos os vereadores que estiveram com ele nessa reunião, e disse que um dos problemas é o vencimento da concessão que termina no ano de dois mil e quinze. O vereador fez uma ampla explanação sobre o assunto, e mostrou

toda a sua tristeza com tudo que está acontecendo. O vereador disse ainda que algumas providências foram tomadas pela Presidência da CELG para tentar diminuir o problema. "Eles assumiram para nós os erros existentes, fizeram algumas instalações e pontuaram algumas medidas para tentar resolver um pouco o problema até que a solução chegue e organize tudo". O vereador Jakson Charles disse que foram apresentados para os vereadores uma Planilha de ações para os anos de dois mil e treze a dois mil e dezesseis, e prometeram a melhoria do sistema 0800. O vereador foi aparteado pelo vereador Lisieux que expôs sua opinião. Ao retomar a palavra o vereador mudou o assunto, e falou que fez uma Audiência pública para tratar sobre o mau cheiro na cidade de Anápolis, e que até agora tudo o que foi prometido não foi cumprido e o mau cheiro continua. "Vou continuar cobrando e pedindo providências". Assim encerrou sua fala Jakson Charles. Vereador: João Pereira: Iniciou sua fala comentando sobre a sua participação da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Falou que a reunião foi de grande importância e foram tratados assuntos com a Apresentação das Ações do Conselho Municipal de Saúde; Relatório de Gestão 2009/2012; Parecer do CMS; Apresentação da Prestação de Contas apresentadas; Solenidades de Posse do Conselho e Eleição da Mesa Diretora. Porém nobres pares, falou o vereador, infelizmente presenciei vários fatos desagradáveis. Tais como: A indignação das Instituições participantes da Gestão anterior, pela a forma que foram escolhidas as atuais Entidades. Em que estas não passaram por um processo de escolha transparente, que deveriam ter sido escolhidas no final da Conferência Municipal de Saúde, o que não ocorreu. Dessa forma, o caráter democrático não se fez presente, deixando dúvidas se as escolhas dessas Entidades não poderia ser uma manobra de interesses pessoais. Foi questionado por parte dos Conselheiros, como um Conselho Transparente, pode se formar por pessoas que já tem cargo de confiança na Administração do Município, inclusive, com pessoas que fazem parte de uma mesma família, sendo todos eles com poder de voto e escolha. Um Conselho transparente é feito de pessoas que não tem ligação direta com a administração, pois assim os vetos não beneficiaram uma parte, e sim a uma totalidade. Alguns Conselheiros, que faziam parte da Gestão anterior, reclamaram que foram perseguidos por cumprirem dentro da legalidade o seu papel, ao exigirem uma

prestação de contas correta da parte administrativa o que até hoje não foi cumprida. Devido aos grandes e calorosos debates, ficou definido por votação das Entidades empossadas, que a eleição ficou para o dia vinte e cinco de Junho, às oito horas, no Auditório do Conselho de Saúde. O que me chamou mais atenção foi que dessas instituições, que detêm o poder de voto, quatorze votaram a favor da mudança da data e dez votaram para que fosse hoje. O Conselho de Saúde é um Órgão de grande importância para o nosso Município, pois, ele é responsável de acompanhar os gastos com a saúde e exigir as Prestações de Contas sobre os mesmos. Gostaria de convocar os nobres pares para acompanharmos a criação e o desenvolvimento de todos os Conselhos da cidade, pois estes foram criados como ferramentas para exigir transparências dentro da administração de cada Órgão, como Saúde, Educação e outros. Vereador: Valdair de Jesus: Começou sua fala dizendo: "Lamentavelmente, esta semana no rádio, ouví duas entrevistas uma na sexta-feira, e outra nesta manhã de hoje. O Presidente da Goiás Industrial, senhor Ridoval Chiarelloto. Usou as duas rádios principais da nossa cidade para dizer que está fazendo um dossiê da Administração Municipal de Anápolis. Um dossiê contra a administração do Antônio Roberto Gomide, este Prefeito que recebeu nas urnas mais de oitenta por cento da votação no município de Anápolis. "Primeiramente, eu acho que este cidadão deveria respeitar o Prefeito, a população e esta administração. E jamais se oposicionar de uma forma tão irresponsável como ele usou durante a sua entrevista, dizendo que vai fazer um dossiê da Administração Municipal. Falou o vereador, que dossiê é um relatório clandestino e nós não devemos trabalhar na clandestinidade. Devemos trabalhar na honestidade, na legitimidade e na legalidade. Portanto, se o ex-secretário da Indústria e Comércio quer fazer um relatório, um levantamento dos problemas que nós temos BA cidade de Anápolis que faça, mas que não faça dossiê, porque dossiê é uma coisa clandestina, ilegal inclusive. Portanto, quero aqui repudiar essa atitude, porque de fato vem de encontro totalmente contra aquilo que nós presenciamos uma administração séria, competente, transparente, diferente daquele que encontramos no Goiás Industrial. O vereador fez um relato dos danos encontrados no Goiás Industrial. E falou que, portanto eu acho que o ex-secretário, atual Presidente da Goiás-Industrial deveria primeiro cuidar de sua própria administração, para depois

olhar a administração municipal, que por sinal está muito bem. O vereador citou algumas obras feitas por essa administração e perguntou: Quem é que tem coragem de fazer dossiê nesta administração? Eu acho que podem fazer um levantamento positivo de tudo aquilo que foi feito. Agora, problemas nós temos e teremos sempre, porque a população cresce muito. O vereador relatou que: "Agora nós temos o DAIA como sendo o Distrito Agro-Industrial de Anápolis, mas eu acho que o DAIA não é o Distrito Agro-Industrial de Anápolis. Deveria ser o Distrito Imobiliário, porque ali se vende troca, toma terrenos dos outros para ser negociados e doados por amigos. Olha, estas acusações que estou fazendo aqui deveria ser feita por Deputado, mas se não tem coragem de fazer isso, então que se coloca o dedo na ferida, vai lá e averigúe se de fato não é isso. O DAIA hoje está sendo loteado porque querem mais expansão do DAIA, exatamente para favorecer as maracutaias, para poder vender terrenos, projetos paralelos. O vereador falou que o Governo do Estado de Goiás não está indo bem, talvez nem seja culpa do Governador Marconi Perillo, seja culpa dos seus assessores, daquele que compõe este Governo. Que adianta o Secretário Alexandre Baldy, fazer um esforço danado, trabalhar dia e noite para trazer indústrias para Anápolis, para outros municípios, sendo que sua secretaria está sendo corrompida pela Goiás Industrial. Então, eu acho que essa administração e a cidade de Anápolis merecem respeito. E este tem que vir principalmente dos seus cidadãos. Então, estou aqui defendendo não só o Prefeito, estou defendendo a minha cidade, estou defendendo o Distrito. Estou defendendo também a Goiás Industrial, porque é uma instituição importante para poder fomentar os Distritos Agros Industriais e várias cidades do nosso Estado de Goiás. Vários vereadores usaram apartes que contribuíram muito com a fala do edil. Finalizando sua fala o vereador falou que o DAIA não é um apêndice de Anápolis, o DAIA pertence aos Anapolinos, e a cidade de Anápolis. Ordem do Dia- Foram aprovados em Segunda votação os Processos nº 096/2013. Prefeito Municipal. Assunto: "Autoriza a contratação temporária de Pessoal para atender a necessidade de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências". Processo nº 046/2013. Professora Maria Geli. Assunto: "Torna obrigatória a exibição de vídeos educativos antidrogas nas aberturas de shows e eventos culturais no Município

de Anápolis-Go". Processo nº 072/2013. Vereador Jakson Charles. Assunto: "Institui o sistema de Ficha de Avaliação nas unidades básicas de saúde e nas unidades de pronto atendimento no Município de Anápolis, denominado de "Fala-Cidadão-Saúde Para Todos". Processo nº 093/2013. Vereador Gleimo Martins. Assunto: "Considera de utilidade pública municipal a EAGV – Entidade de Administração Goiana de Voleibol". Comissões favoráveis: Constituição/Justiça/Finanças. Em Primeira Votação: Processo nº 098/2013. Prefeito Municipal. Assunto: "Altera dispositivo da Lei nº 2.348, de 16 de dezembro de 1995, com redação dada pela a Lei nº 3.439, de 24 de fevereiro de 2010". Comissões favoráveis: Constituição/Justiça/Direitos Humanos/Cidadania. Aprovado por unanimidade de votos. Processo nº 034/2013. Vereador: Pedrinho Porto Rico. Assunto: "Autoriza a Prefeitura Municipal a garantir vagas em creches para crianças em idade compatível, para as mulheres vítimas de violência doméstica". Comissão Contrária ao projeto: Constituição/Justiça. Retirado de pauta pelo o autor. Em primeira e única Votação: Foram aprovados os seguintes processos: 078/2013. Vereadora Maria Geli. Assunto: "Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Anapolino ao Doutor Juliano Pereira". Comissões favoráveis: Constituição/Justiça e Educação. Processo nº 079/2013. Vereadora Maria Geli. Assunto: "Dispõe sobre concessão de Título de Cidadão Anapolino ao Doutor José Alves de Almeida". Comissões favoráveis: Constituição/Justiça e Educação. Processo nº 082/2013. Vereador: Amilton Filho. Assunto: "Concede Título de Cidadania à pessoa que menciona e dá outras providências" (Senhor Belmiro Rosa Borges). Comissões favoráveis: Constituição/Justiça/Educação. Processo nº 087/2013. Vereador Eber Mamede. Assunto: "Dispõe sobre a concessão de outorga de Título de Cidadania ao Pastor Daniel Miranda e determina outras providências". Comissões favoráveis: Constituição/Justiça/Educação. Votação de Requerimentos. E nada mais havendo para ser tratado foi encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 12 de junho em horário regimental.